

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Conta da Light sobe 9,8%; a da antiga Ampla cai 6,4%.....	2
Título: Tarifa de energia deve ter ajuste até o fim do mês.....	3
Título: Aumento terá peso de mais de 10% na inflação do Rio	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Valor indevido na conta de luz terá devolução imediata	5
Título: Petrobrás negocia fábrica de fertilizantes	5
Título: Notas	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Empresas devolverão R\$ 1,8 bi na conta de luz	7
VEÍCULO: Valor Econômico.....	8
Título: Distribuidoras são pressionadas pelo mercado livre	8
Título: Vestas está otimista com retomada dos leilões de reserva	9
Título: Aneel acata pleito e flexibiliza índices de qualidade da Enel.....	10
Título: Vendas de ativos da Petrobras terão editais públicos.....	11
Título: Controladores da Vale negociam com acionistas de PN.....	12
Título: Opep eleva previsão de produção de fora do grupo em 2017	13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Conta da Light sobe 9,8%; a da antiga Ampla cai 6,4%**

Distribuidora carioca inclui na revisão tarifária investimentos para a Olimpíada do Rio. Reajuste é antecipado

O preço da energia elétrica subirá 9,8% a partir de hoje para os consumidores da Light e cairá 6,4% para os clientes da Enel Rio (antiga Ampla). O rumo diferente das tarifas ocorreu porque a Light antecipou o processo de revisão tarifária, em que são incluídos no cálculo investimentos feitos pela companhia — entre os quais, aqueles para a Olimpíada de 2016. No caso da Enel Rio, o processo só ocorrerá em 2018, quando, segundo a empresa, a alta poderia chegar a 16%.

As companhias firmaram com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um termo aditivo aos seus contratos de concessão, que introduz novas e mais modernas metas de qualidade para prestação de serviços aos consumidores. Em troca, as empresas puderam antecipar suas revisões. Com a mudança, a data do reajuste da Light muda de todo novembro para 15 de março, mesma data da Enel. E a revisão da Enel foi antecipada de 2019 para 2018.

Angela Magalhães Nunes, superintendente de Regulação da Light, explicou que a conta subiu este ano, principalmente, por causa da alta nos custos de compra de energia e dos encargos setoriais, num momento no qual a empresa teve de adiantar investimentos para a Olimpíada.

EFEITO GANGORRA NA CONTA

Em novembro, a conta da Light caiu 12% para os consumidores residenciais, e, no ano anterior, houve alta de cerca de 50% em dois aumentos aplicados ao longo de 2015. Para Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel, mesmo com a forte alta deste ano, a conta da Light vem variando conforme os índices de inflação nos últimos dez anos: — Não há explosão tarifária, porque, olhando num horizonte mais longo, a tarifa retoma o patamar de 2008.

Já a Enel pediu à Aneel, ontem, que interrompesse a mudança na tarifa, para evitar o chamado "efeito gangorra" na conta de luz, ou seja, quando ela cai num ano e sobe no outro.

— Cito a dificuldade de dar um sinal negativo neste ano e, no próximo ano, dar aumento expressivo, da ordem de 14%, 15%, enquanto a inflação estará em cerca de 4%. Proponho que suspendamos o reajuste, mantendo a tarifa por mais uma

semana, para que possamos dar tratamento mais aprofundado a esses números — explicou o diretor de Regulação da Enel, José Alves.

Rufino reconheceu que o efeito "gangorra" não é desejável, mas disse que, mesmo que o processo de reajuste da tarifa levasse a isso, o pedido não seria acatado.

— A concessionária não estaria pleiteando isso, se fosse o contrário (em momento de alta da tarifa). A redução ocorre porque se devolve ao consumidor algo que é devido e, portanto, não é possível aceitar isso (suspensão do processo) — acrescentou Rufino.

Por meio de nota, a Enel Rio informou que, entre 2015 e 2016, investiu R\$ 1,7 bilhão, principalmente na modernização da rede de distribuição, o que contribuiu para a redução de 20% na duração das interrupções de fornecimento no ano passado. A empresa informou esperar que a Aneel defina, em 2019, um novo modelo para as empresas lidarem com furto de energia.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danilo Fariello

Título: Tarifa de energia deve ter ajuste até o fim do mês

Percentual será recalculado com devolução de cobrança indevida de Angra 3

As contas de energia da Light e da Enel Rio ainda podem mudar em 2017. Isso porque a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reconheceu erro que implicou cobrança de até R\$ 1,8 bilhão a mais nas tarifas e vai determinar que as distribuidoras devolvam o valor de uma só vez, como forma de desconto nas contas de luz.

O valor se refere a uma cobrança nas contas de luz pela suposta geração de energia da usina nuclear de Angra 3, cuja previsão anterior era entrar em operação em 2016. A usina não ficou pronta, mas, mesmo assim, a cobrança foi feita na tarifa por erro. Esse valor será devolvido, reajustado pela Taxa Selic.

O efeito médio dessa cobrança foi de 1,2% ao mês nas contas, mas o valor pago a mais — e aquele a ser devolvido — variará conforme a data de reajuste pelo qual passou cada distribuidora, quando o erro foi incorporado à conta. Ou seja, o cliente da Enel Rio, que teve a última tarifa definida em março de 2016, deverá receber devolução maior do que o da Light, cuja última conta foi alterada em novembro.

Os reajustes anunciados ontem previam devolução dos valores cobrados equivocadamente ao longo de um ano. Mas, como a devolução foi antecipada para abril ou maio, com pagamento de uma só vez, as tarifas devem ser recalculadas. Se, com o reajuste, uma conta passa de R\$ 100 para R\$ 110, o valor final deve subir para cerca de R\$ 111. Isso ocorre porque parte do que seria descontado da nova tarifa ao longo de um ano já terá sido abatido. As contas exatas devem ser conhecidas no dia 28. (D. F.)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa

Título: Aumento terá peso de mais de 10% na inflação do Rio

Mudanças na tarifa não terão impacto sobre o índice nacional.

Os reajustes das tarifas de energia responderão por pouco mais de 10% da inflação em março da Região Metropolitana do Rio. Segundo cálculo do economista Paulo Brück, especialista em preços, a combinação entre a alta de 9,86% anunciada pela Light e a queda de 6,34% prevista pela Enel Rio (antiga Ampla) causará impacto de 0,04 ponto percentual no IPCA (índice oficial de inflação) deste mês no Rio — previsto para ficar em torno de 0,3%.

O analista não fechou projeções para abril, mas destaca que o mês que vem trará outros impactos não só para o consumidor do Rio, mas de todo o Brasil. Entre os destaques, estão os reajustes de remédios e a alta esperada para os itens de vestuário, com a mudança de estação.

— Na inflação, o impacto do reajuste da conta de luz será pequeno. Mas fará diferença para o bolso do consumidor. É interessante destacar que a Ampla atende a áreas da Baixada Fluminense, onde a renda é menor. O consumidor de lá sentirá esse efeito no orçamento — disse Brück.

As mudanças de tarifas não terão efeito significativo sobre o índice nacional, que deve ficar em 0,44%, de acordo com a mediana das projeções do Boletim Focus, do Banco Central. O economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas, destaca o efeito da bandeira tarifária. Hoje, a bandeira está amarela, com cobrança extra de R\$ 0,02 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido: — Esse ano, a energia deve subir, em média, 9% — afirmou o economista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Valor indevido na conta de luz terá devolução imediata

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai devolver imediatamente os valores cobrados a mais nas contas de luz pela usina de Angra 3. O ressarcimento acontecerá de uma só vez, o que deve reduzir as tarifas de clientes de todo o País em abril ou maio, conforme a data de leitura da fatura. Os procedimentos da Aneel preveem que recursos cobrados a mais ou a menos sejam repassados às tarifas uma vez por ano, na data do reajuste tarifário de cada distribuidora, divididos em 12 parcelas mensais. A diretoria da Aneel, no entanto, decidiu corrigir o mais rapidamente possível o erro relativo à usina nuclear. “Foi um equívoco. Em vez de aguardar, faremos de uma vez só”, declarou o diretor-geral da agência, Romeu Rufino.

Todas as distribuidoras do País terão as tarifas corrigidas em 28 de março. A retificação ficará clara na conta de luz. A cobrança indevida pela energia de Angra 3 foi dividida em 12 parcelas mensais. Já a devolução será feita de uma só vez, à vista, com remuneração pela taxa básica de juros (Selic). “Individualmente, não será nada muito representativo”, disse Rufino. O orçamento para Angra 3 previa um pagamento de R\$ 1,8 bilhão. A devolução deve contribuir com um impacto médio de queda de 1,2 ponto porcentual nas tarifas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Petrobrás negocia fábrica de fertilizantes**

Conversas são feitas com grupo chinês, mas podem esbarrar em decisão do TCU

A Petrobrás negocia com um consórcio de empresas chinesas, liderado pela estatal Sinopec, a venda da fábrica de fertilizantes nitrogenados que começou a construir no município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. Na negociação, o consórcio se comprometeu a assumir dívidas que somam R\$ 38 milhões com fornecedores. A Sinopec, junto com a Galvão Engenharia, respondia pela construção e montagem da fábrica, interrompidas em dezembro de 2014 com 82% das obras concluídas. A Petrobrás rescindiu o contrato com as construtoras com o argumento de que teriam descumprido as condições do acordo. A venda da fábrica, porém, pode esbarrar numa decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). Hoje, o órgão deve julgar se o plano de venda de ativos da estatal terá de voltar à estaca zero. O TCU determinou em dezembro que a Petrobrás suspendesse a assinatura de seus projetos de venda até uma nova deliberação.

Permitiu o prosseguimento de apenas cinco negócios, levando em conta a necessidade de caixa da companhia. O principal motivo da paralisação foi a identificação de “riscos” na sistemática adotada para as alienações. O tribunal concluiu que os procedimentos poderiam ferir diretrizes da lei de licitações e favorecer atos ilícitos, como o “direcionamento e o ajuste de preços”. Por isso, determinou uma série de correções à estatal antes de a retomada ser novamente avaliada e autorizada. O relator do processo no TCU, José Múcio Monteiro, deve apresentar hoje seu voto propondo que uma nova sistemática de venda de ativos seja adotada, desde o princípio, para todos os desinvestimentos da companhia, o que implicaria refazer procedimentos nos casos já em andamento.

A única exceção que estava sendo considerada na segunda-feira era a alienação do controle acionário da BR Distribuidora. Por conta dessa possibilidade, as ações da Petrobrás foram castigadas ontem na Bolsa de Valores. Os papéis preferenciais (PN, sem direito a voto) da estatal caíram 5,43% ontem, enquanto os ordinários (ON, com direito a voto) recuaram 3,75%. Prática antiga. Na segunda-feira, a Petrobrás deu sua última cartada na tentativa de convencer o Tribunal de que a venda de ativos é essencial para continuar investindo e para abandonar o posto de petroleira mais endividada do mundo.

A empresa apresentou ao TCU um documento de 11 páginas no qual descreve as 149 transações de ativos realizadas de 2009 a 2014. A tese é que o desinvestimento não é uma prática nova dentro da empresa e que, ao contrário do que afirmam opositores, ganhou velocidade na gestão petista. A estatal argumentou ao TCU que o seu programa de venda de ativos ganhou corpo a partir de 2012, quando o número de aquisições despencou e as alienações aumentaram, como consequência da dificuldade de caixa enfrentada a partir da capitalização da empresa em troca de reservatórios de pré-sal, realizada em 2010. A venda de ativos é “uma das ferramentas mais importantes no processo de saneamento financeiro da empresa”, diz a Petrobrás. Se nada tivesse sido feito para controlar a dívida, “a Petrobrás chegaria a um pagamento de juros anuais de US\$ 17 bilhões”, complementa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Notas

Pavarina chega ao conselho da Vale

O Bradesco indicou Denise Pavarina, diretora executiva do banco, para o Conselho de Administração da Vale, como representante da Bradespar. A indicação foi feita na semana passada, no dia Internacional da Mulher. Denise,

que já é conselheira da BM&FBovespa, assumirá o cargo em breve e ficará no assento ocupado por Fernando Buzzo, atual representante do braço de participações do Bradesco no conselho.

As mudanças

Buzzo passou para a vice-presidência do colegiado com a saída de Sérgio Clemente, que estava no cargo até deixar o banco. Denise Pavarina, que é a primeira mulher a ocupar um cargo na diretoria executiva do Bradesco, marcará o mesmo feito no Conselho da maior fabricante de minério de ferro do mundo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Empresas devolverão R\$ 1,8 bi na conta de luz

Os consumidores brasileiros estavam pagando R\$ 1,8 bilhão a mais na conta de luz pela energia de reserva da usina nuclear Angra 3, que deveria ter começado a operar em janeiro de 2016, mas, com obras bastante atrasadas, ainda não tem previsão para começar a gerar eletricidade. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem devolver à vista a cobrança indevida. O valor será corrigido pela taxa básica de juros, Selic, hoje em 12,25% ao ano. O impacto nas faturas será de 1,2 ponto percentual, em média, por mês cobrado de forma indevida.

O número de meses de cobrança irregular varia conforme a distribuidora e seu aniversário de reajuste. No caso da Companhia Energética de Brasília (CEB), que abastece o Distrito Federal, a correção anual que passou a considerar o pagamento de energia de reserva de Angra 3 foi feita em agosto de 2016, portanto foram oito meses de cobrança indevida.

O cálculo não é simples, porque existem muitas variáveis. Mas, conforme a Aneel, é possível estimar algo entre 8% e 9% de devolução sobre o valor total da fatura da CEB em abril ou, no máximo, em maio. O montante devolvido será discriminado na conta de energia de cada consumidor.

A Aneel determinou o novo cálculo das tarifas de todas as distribuidoras sem a parcela do Encargo de Energia de Reserva (EER) correspondente à contratação de Angra 3 em 2016. A matéria será tratada na reunião de 28 de março. Por isso, é possível que a devolução não venha nas contas de abril. “As distribuidoras terão que fazer uma comparação para determinar o acerto de contas. A devolução será feita logo, mas pode ficar para maio”, explicou o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino.

Ele destacou que o valor de R\$ 1,8 bilhão não chegou a ser totalmente cobrado dos consumidores por conta das datas variadas de reajuste. A Light (RJ), com aniversário em novembro, cobrou por cinco meses, enquanto a Ampla (SP), com correção em março, incluiu a cobrança durante um ano inteiro. "A devolução será dividida entre 80 milhões de unidades consumidoras. Se o total for calculado em R\$ 800 milhões, a devolução será de R\$ 10 em média", exemplificou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Distribuidoras são pressionadas pelo mercado livre

A retração na demanda por energia no mercado cativo, em parte por causa da migração de consumidores para o ambiente de contratação livre, pressionou os resultados das distribuidoras em 2016 e deve continuar sendo fonte de preocupação neste ano. Um levantamento feito pelo Valor com os dados operacionais de sete grandes concessionárias de distribuição de energia - Light, Copel, Neoenergia, Energisa, Eletropaulo, EDP Energias do Brasil e Equatorial - mostra que o consumo de energia no mercado cativo caiu, em média, 3,6% no ano passado.

No mercado faturado total das distribuidoras, que considera também a receita de distribuição (chamada "receita fio") e os clientes livres, a queda no consumo foi menos acentuada, de 2%. Segundo o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, o crescimento do consumo no mercado livre reflete a migração de consumidores do mercado cativo para o livre, em função dos preços mais atrativos. "As distribuidoras vêm sofrendo o efeito da retração do mercado devido à crise econômica e também pela migração de consumidores para o mercado livre. Os dois fatores levam a uma sobrecontratação de energia que pode afetar substancialmente o resultado de algumas distribuidoras", afirmou o professor.

Ainda falta a divulgação de dados operacionais de grandes distribuidoras, como CPFL, Cemig e Eletrobras, mas os números que saíram até agora confirmam a tendência apontada pelos dados da EPE do ano passado. Em 2016, o consumo total de energia caiu 0,9% na comparação com 2015. Considerando apenas o mercado cativo, a queda foi de 3,5%, ao mesmo tempo em que o mercado livre teve expansão de 6,8%. Os resultados preliminares da Energisa de janeiro deste ano também indicam esse cenário. As vendas de energia da companhia no mercado cativo tiveram baixa de 0,7% no mês. Considerando o mercado total faturado, incluindo os consumidores livres, porém, houve alta de 4,1% na demanda no primeiro mês do ano. O problema da retração contínua da demanda perdeu urgência para as distribuidoras devido ao aumento do preço de energia

no mercado à vista, mas a questão chama a atenção para a necessidade de uma mudança no modelo dessas companhias."A situação [das distribuidoras] não é muito confiável financeiramente. Isso denota algo que anda errado em um modelo que sempre colocou as distribuidoras como o "filé mignon" dos negócios do setor elétrico", disse Renato Queiroz, pesquisador do Grupo de Economia de Energia (GEE) da UFRJ. Quando as distribuidoras ficam sobrecontratadas, podem vender a energia no mercado livre pelo preço à vista. A Lei 13.360/2016 (de conversão da MP 735) determinou que as sobras poderão ser vendidas em contratos no mercado livre, mas a mudança ainda precisa ser regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A descontração resultante da migração de consumidores cativos para o mercado livre vai criar "um grande problema para as distribuidoras", segundo Roberto D'Araujo, consultor da ONG Ilumina, formada por técnicos do setor elétrico. "Some-se a isso a entrada de geração distribuída e teremos um aumento de risco grande para as distribuidoras", completou ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Vestas está otimista com retomada dos leilões de reserva

A retomada do crescimento do consumo de energia, aliada à revisão da garantia física das hidrelétricas e do cenário delicado de escassez de chuvas no país, reforça a necessidade de realização de leilões de energia de reserva este ano. A avaliação é do presidente para o Brasil da dinamarquesa Vestas, maior fabricante mundial de aerogeradores, Rogério Zampronha. "Houve uma retomada no consumo industrial e doméstico no início do ano e, se juntarmos isso com uma série de fatores, podemos prever que os leilões vão voltar este ano", afirmou ele ao Valor.

No ano passado, inicialmente havia a previsão de se fazer dois leilões de energia de reserva. Depois, o governo marcou um único leilão para dezembro, que acabou sendo cancelado na véspera, devido ao cenário de sobreoferta no sistema. Zampronha participa hoje da inauguração do centro de serviços da Vestas no Brasil, em Parnamirim, região metropolitana de Natal (RN). O local, de 1.200 m² de área, será um centro de formação de mão-de-obra especializada e de reparo de aerogeradores da companhia e de outros fabricantes, além de ser um espaço de estoque de equipamentos da empresa no Rio Grande do Norte, onde estão instalados oito dos 13 complexos eólicos que utilizam máquinas Vestas e dois dos seis parques em construção que também contarão com turbinas fornecida pela companhia. O empreendimento, cujo investimento não foi revelado, faz parte da estratégia de negócios da gigante dinamarquesa na área de serviços, após comprar duas empresas do setor - uma na Alemanha e outra

nos Estados Unidos - nos últimos dois anos, e de crescimento de sua atuação no Brasil, onde já possui uma fábrica de aerogeradores no Ceará."Estamos dando sinais muito sólidos para o mercado que acreditamos no Brasil", disse Zampronha. "O centro de serviços mostra que o nosso comprometimento com o país é contínuo e relevante. Entendemos que o que está acontecendo no Brasil [situação econômica] é passageiro", completou. O Brasil é o oitavo maior mercado da Vestas em contratos firmes. A companhia fechou 2016 com 371 megawatts (MW) contratados em energia eólica no país. Com isso, a empresa acumula 1,5 GW de capacidade em máquinas fornecidas para parques brasileiros em operação e em construção. A companhia alcançou faturamento global de € 10,2 bilhões (o equivalente a R\$ 34,3 bilhões) em 2016 e prevê faturar entre € 9,25 bilhões e € 10,25 bilhões este ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Aneel acata pleito e flexibiliza índices de qualidade da Enel

A Enel Distribuição Rio (nome atual da Ampla Energia) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) chegaram a um acordo com relação ao aditivo do contrato de concessão da distribuidora, controlada pelo grupo italiano Enel e que atende parte da região metropolitana do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. A diretoria da autarquia aprovou ontem a assinatura do termo aditivo acatando pleitos apresentados pela companhia. "Eles [Aneel] avançaram bastante na proposta deles", disse o diretor de Regulação da Enel Rio, José Alves Franco, ao Valor.

Na decisão, o órgão regulador reconheceu os obstáculos enfrentados pela Enel Rio em termos de qualidade de serviço, devido à dificuldade de acesso a áreas dominadas pelo tráfico de drogas. Segundo a empresa, cerca de 450 mil residências estão localizadas em áreas com alto índice de violência, onde a distribuidora não consegue atuar. Na prática, a agência reguladora aprovou um índice regulatório de perdas não técnicas (furto e fraude de energia), para fins de cálculo tarifário da Enel Rio, de 19,45%, em 2017, e 18,54%, em 2018. A proposta anterior previa perdas de 15,7%, em 2017, e 14,7%, em 2018. A Aneel também antecipou de 2019 para 2018 o processo de revisão tarifária da companhia. As duas medidas (flexibilização do índice regulatório de perdas não técnicas e antecipação da revisão tarifária) também foram concedida à Light, em negociação semelhante, cujo aditivo ao contrato foi aprovado na semana passada. A diretoria da Aneel também aprovou ontem redução nas tarifas da Enel Rio a ser aplicada a partir de hoje. Os consumidores da distribuidora terão um efeito redutor médio em suas tarifas de 6,51%. Para clientes atendidos em baixa tensão (principalmente residências), o efeito médio será de uma redução de

6,24%. Já para os consumidores atendidos em alta tensão (principalmente indústrias), o efeito médio será uma queda de 7,12%. A Enel Rio atende 2,6 milhões de clientes em 66 municípios do Rio de Janeiro. A autarquia também concedeu ontem reajuste para as tarifas da Light, que entra em vigor hoje. Nesse caso, os consumidores terão um efeito médio de elevação de 10,45%. Os consumidores atendidos em baixa tensão terão efeito médio de 9,81%, enquanto os clientes em alta tensão sofrerão efeito médio de 11,89%. A Light atende 3,9 milhões de unidades consumidoras localizadas na capital e em 31 municípios do Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Vendas de ativos da Petrobras terão editais públicos

Questionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Petrobras trabalha para ajustar os procedimentos para dar continuidade ao seu programa de venda de ativos. A empresa pretende publicar, a partir de agora, editais públicos para os novos processos de venda de ativos, mas sem eliminar a modalidade carta-convite usada até então. Está previsto para hoje, em Brasília, o julgamento do TCU sobre o programa de venda de ativos da estatal. Em dezembro, a área técnica do órgão apontou uma série de falhas nas negociações em andamento e decidiu pela suspensão cautelar dessas vendas. A petroleira é ré também na Justiça Federal de Sergipe numa série de processos que contestam o princípio de publicidade das vendas de ativos.

A Petrobras aguarda o posicionamento do TCU com preocupação. A companhia teme que tenha de começar do zero algumas dessas negociações já em curso, embora a área técnica do tribunal tenha proposto liberar a continuidade da venda de uma lista de dez ativos, sem que o processo tenha que ser reiniciado. A expectativa é que a decisão saia hoje. A estatal informou ao Valor que a intenção da companhia é manter a modalidade carta-convite, mas que, para atender as exigências do TCU sobre transparência do programa de venda de ativos, prevê lançar também editais públicos para que eventuais interessados não convidados também possam manifestar desejo de participar do processo. A petroleira defende que o modelo carta-convite é o método mais eficiente de relacionamento com potenciais interessados nos ativos, uma vez que é direcionado para empresas previamente avaliadas e com capacidades financeiras já mapeadas pela companhia. Ontem, a Petrobras apresentou também os seus dados operacionais de fevereiro. A empresa produziu, no Brasil, 2,20 milhões de barris diários de petróleo, uma queda de 1% ante janeiro. Este foi o segundo mês consecutivo de queda da produção da companhia. A petroleira atribuiu a queda, principalmente, à parada programada da plataforma Cidade de Paraty, localizada

no campo de Lula Nordeste, no pré-sal da Bacia de Santos, e ao fim da fase de testes do Sistema de Produção Antecipada (SPA) de Búzios - cujo objetivo foi coletar informações sobre o comportamento dos reservatórios do campo, na área da cessão onerosa. A produção de gás também caiu 1%, ante janeiro, para uma média de 80,2 milhões de metros cúbicos diários (m³/dia), excluído o volume liquefeito. Ao todo, a Petrobras produziu, em fevereiro, 2,82 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia), sendo 2,703 milhões BOE/dia de óleo e gás no Brasil. A produção de óleo e gás operada pela Petrobras (parcela própria e dos parceiros), na camada pré-sal, foi de 1,53 milhão de BOE/dia. O volume representa um aumento de 41% em relação à fevereiro de 2016 e uma queda de 3% frente a janeiro. No exterior, a Petrobras produziu 113 mil BOE/dia de óleo e gás, sendo 63,5 mil barris/dia de petróleo - uma redução de 8% ante janeiro. Já o volume de gás produzido fora do país pela petroleira caiu 3%, para 8,4 milhões de m³/dia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol e Ivo Ribeiro

Título: Controladores da Vale negociam com acionistas de PN

Os acionistas controladores da Vale iniciaram tratativas com detentores de ações preferenciais da companhia para negociar a relação de troca proposta para a conversão desse tipo de papéis classe A em ordinárias que foi prevista no novo acordo de acionistas, anunciado em fevereiro. A intenção é buscar um consenso sobre a proporção de troca, mas com o intuito de manter a proposta inicial para conversão dos papéis na relação de 0,9342 ON por 1 ação PNA, apurou o Valor. Dono de mais de 18% das ações preferenciais da mineradora, o fundo de investimentos Capital Group questiona a relação de troca proposta no acordo anunciado em fevereiro pelo grupo de acionistas controladores - Litel (fundos de pensão liderados pela Previ), Bradesco, Mitsui e BNDES Participações.

Por ser um investidor estrangeiro com participação relevante, o Capital Group estaria buscando uma posição mais equitativa, afirmou uma fonte com conhecimento do assunto. Entretanto, observou, trata-se de um processo negocial normal. Considerando o cenário de adesão de 100% à oferta de conversão voluntária, Capital Research Global e Capital Group - que representam a fatia total do fundo - ficariam com 4,0% e 3,6% do capital da Vale, respectivamente, na nova configuração societária. Pelo novo acordo, caso se concretize conforme a proposta apresentada, os controladores ficariam com 36,7% do capital da Vale. O bloco de controle seria formado por 20% das ações. Para que o novo acordo seja aprovado em assembleia de acionistas são necessários os votos de 54% dos detentores das ações PN. A reestruturação societária da mineradora visa pulverizar o controle da empresa e listá-la no Novo

Mercado, segmento máximo de governança corporativa da BM&FBovespa. A conversão voluntária de ações será votada em uma assembleia geral de acionistas em junho, a qual será convocada no início de maio. Na visão de acionistas e da companhia, o entendimento é que o desenho da proposta apresentada respeita e atende todos os investidores. Os que estão no bloco de controle (30% das ON), mais 30% de ordinaristas fora do acordo e os 40% que formam o bloco de papéis preferenciais. Uma relação de troca de uma ação PN por uma ação ON é considerada injusta para os ordinaristas fora do bloco de controle. Pelos termos do acordo, a Valepar - que reúne Litel Participações, Litela Participações, Bradespar, Mitsui e BNDESPar) - será incorporada pela Vale, com relação de substituição que contempla um prêmio de 10% no número de papéis detidos pelos acionistas na holding. A operação representará diluição de 3% da parcela dos demais acionistas no capital da Vale. O Capital Group é especializado em mercados emergentes, com mais de US\$ 5 bilhões investidos. O fundo diz buscar posições minoritárias influentes com direitos de gestão. "Trabalhamos com uma parceria próxima e de longo prazo com a gestão das companhias para o negócio crescer e prover uma perspectiva global única nos desafios que enfrentam", diz em seu site. Procurado, o fundo disse que não comenta sobre suas participações. A Vale não respondeu aos pedidos de comentários, bem como representantes dos acionistas controladores da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval | Financial Times

Título: Opep eleva previsão de produção de fora do grupo em 2017

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevou suas estimativas para a produção de petróleo fora do grupo em 2017, com o aumento da atividade de exploração do xisto betuminoso nos Estados Unidos em resposta aos preços mais altos do petróleo, que vem ameaçando as tentativas da organização de equilibrar o mercado. A oferta de petróleo fora da Opep está agora projetada para crescer cerca de 400 mil barris/dia este ano, em relação à estimativa anterior de 240 mil barris/dia, atingindo na média o patamar mais alto de 57,7 milhões de barris/dia, segundo informou a organização em seu relatório mensal sobre o mercado.

O número maior em relação a apenas um mês, surge depois de uma queda de quase 10% nos preços do petróleo na semana passada, depois que operadores começaram a ficar preocupados com a possibilidade do setor de xisto betuminoso superar a tentativa de redução na oferta da Opep. Os fundos de hedge reduziram suas apostas na alta dos preços do petróleo, diante das preocupações renovadas com o excesso de oferta. O petróleo do tipo Brent, a referência mundial, caiu quase 7% este mês, para US\$ 51,79 o barril, enquanto o petróleo do tipo West

Texas Intermediate (WTI) caiu quase 10%, para US\$ 48,73 o barril. "Parece que a recuperação da oferta de petróleo está ganhando força no mercado mundial, estimulada pelo aumento gradual dos preços e também por melhorias de eficiência na exploração e na produtividade dos poços na América do Norte", informou a Opep no relatório de março. Apesar de a Opep estar respeitando um acordo global para conter a oferta, os estoques de petróleo continuam bem acima da média de cinco anos e hoje são de mais de 3 bilhões de barris, enquanto a produção em outros lugares cresce e os estoques continuam inflados. Entre os produtores de fora do grupo, o maior contribuinte em 2017 deverá ser os EUA, que acrescentarão 340 mil barris/dia. O Brasil e o Canadá vão aumentar suas produções para um patamar mais alto de 260 mil barris/dia; o Cazaquistão em 140 mil e produtores menores de fora da Opep na África acrescentarão vários milhares de barris por dia. A produção coletiva da Opep caiu cerca de 1 milhão de barris/dia desde o acordo firmado no fim do ano passado, para cerca de 32 milhões de barris/dia em fevereiro. Este número foi calculado por fontes secundárias como consultores e analistas, que submetem suas avaliações à Opep. A queda liderada pelos cortes do país mais importante do cartel, a Arábia Saudita, ocorre mesmo com a Líbia e a Nigéria, envolvidas em conflitos, fora do acordo, e com o Irã recebendo uma permissão especial para aumentar ligeiramente sua produção. Mesmo com a demanda mundial por petróleo tendo sido revisada para cima este ano, com um crescimento de quase 1,3 milhão de barris/dia para a média de 96,3 milhões de barris/dia, e a Opep prevendo que não haverá um excedente de petróleo no segundo semestre, há temores com o ritmo de redução dos estoques. Na semana passada, Khalid al-Falih, ministro da Energia da Arábia Saudita, disse acreditar que o excesso de estoque vai ser eliminado num ritmo mais acelerado do que nos primeiros meses de 2017. Dados de uma fonte secundária, sobre os quais são calculadas as metas para cada produtor, mostram que a Arábia Saudita reduziu sua produção em fevereiro em relação a janeiro, para menos de 9,8 milhões de barris/dia. Mas os dados do governo saudita apresentados à Opep mostram um aumento na produção para mais de 10 milhões de barris/dia. Mesmo assim, isso ainda é uma grande queda em relação aos quase 10,5 milhões de barris/dia que a Arábia Saudita produziu no mês de dezembro. Na semana passada, o ministro saudita alertou outros participantes do acordo de redução, que os grandes cortes na produção precisam ser compartilhados por todos. "A Arábia Saudita não se deixará ser usada pelos outros", afirmou Falih.

MME / ASCOM .